



Polêmica sobre Polícia Federal deve ser votada hoje em Plenário

Waldemir Borreto/Agência Senado



Agentes, peritos e papiloscopistas da Polícia Federal fizeram protestos no ano passado demonstrando insatisfação com a carreira

Senadores avaliam medida provisória que restringe a delegados o comando do órgão. Agentes, peritos e papiloscopistas criticam o texto

Motivo de divergência entre delegados e agentes da Polícia Federal, está na pauta de hoje do Plenário do Senado a medida provisória que reestrutura carreira e cargos de direção na Polícia Federal. Pelo texto, só delegado da classe especial pode ser diretor-geral do órgão.

O senador Humberto Costa disse que existe acordo para a votação.

Também podem ser analisados hoje o projeto que legaliza incentivos fiscais concedidos a empresas por estados na chamada guerra fiscal e a indicação de Maria Helena Mallmann para o cargo de ministra do Tribunal Superior do Trabalho. **3**

especial
Cidadania

Lei mostra que caminho é diálogo com filhos

Fabio Rodrigues Proszhorn/ABR



Lei Menino Bernardo amplia a rede de proteção a crianças e adolescentes. Pais ou responsáveis não poderão mais punir os filhos com castigos físicos e psicológicos.

Especialistas discutem o tema e apontam que diálogo e mudança de postura são opções na busca da construção de uma cultura de paz. **4 e 5**

Pais e responsáveis podem optar por educação sem violência

Parlasul declara apoio à Argentina nas Malvinas **6**

Ministra discute Orçamento de 2015 em comissão **7**



Pedro Franca/Agência Senado

Paim (C) conduz debate sobre doença que, na maioria dos casos, atinge negros

SUS pode admitir transplante contra anemia falciforme

Ministério da Saúde deve lançar portaria sobre o assunto em dezembro.

Informação foi revelada em debate na Comissão de Direitos Humanos. **8**

Rádio Senado chega hoje a 20 cidades do Maranhão **2**

CPI da Petrobras é prorrogada até 22 de dezembro **7**

Senadores analisam direito de greve dos servidores **7**

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

4ª Sessão Legislativa Ordinária
54ª Legislatura
Segunda-feira, 22 de setembro de 2014

Às 14 horas
138ª Sessão
(não deliberativa)

Conheça a nova **Ordem do Dia**.
Agora com novo leiaute. Mais simples,
econômico e fácil de usar.
Além do novo formato impresso reduzido,
também é possível obter as demais
informações em meio digital.
Basta acessar pelo QR Code.

Secom | Publicidade e Marketing

Conheça a **nova** ordem da Casa

Mais informações:
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>
Secretaria de Informação Legislativa
61 3303-3325 / 3303-7279

SENADO FEDERAL

São Luís e mais 19 municípios do Maranhão vão poder acompanhar a programação ao vivo. A medida é fruto de acordo com a Assembleia Legislativa do estado, com espaço para conteúdo regional

Rádio Senado inicia hoje transmissões no Maranhão

A PARTIR DE hoje, a Rádio Senado passará a transmitir ao vivo a sua programação para São Luís e mais 19 municípios do Maranhão. A programação irá ao ar às 6h, na frequência 96,9 mega-hertz.

De acordo com a repórter da Rádio Senado Lucienne Landim, a instalação da emissora ocorreu por meio de um convênio de parceria entre o Senado Federal e a Assembleia Legislativa do Maranhão. Pelo convênio, duas horas da programação deverão ser de conteúdo regional.

Na opinião do senador João

Alberto Souza (PMDB-MA), a iniciativa vai permitir aos maranhenses conhecer o trabalho da Casa:

— Será possível acompanhar o dia a dia das atividades parlamentares dos senadores maranhenses e das notícias que dizem respeito ao Maranhão e ao Brasil — disse João Alberto.

No mesmo sentido, José Sarney (PMDB-AP) avaliou a medida:

— O povo vai ter a oportunidade de opinar sobre os senadores e os assuntos que se debatem e, ao mesmo tempo,

suas contribuições, na forma de sugestões, vão poder ser incorporadas no trabalho do Senado — afirmou o senador.

Os ouvintes da Rádio Senado no Maranhão poderão ainda interagir por meio de canais como Facebook, Twitter, e-mail ou ainda pelo aplicativo de mensagens WhatsApp. Para entrar em contato com a Rádio Senado, basta enviar um e-mail para radio@senado.leg.br ou acessar as redes sociais pelos links facebook.com/radiosenado ou, no Twitter, pelo [@radiosenado](https://twitter.com/radiosenado). O número do WhatsApp é (61) 8611-9591.

Plano de gestão sustentável vai orientar ações da Casa

O Senado desenvolverá um plano de ações de sustentabilidade para orientar a gestão interna. O Plano de Gestão Logística Sustentável (PGLS) foi aprovado na sexta-feira e será elaborado ao longo dos próximos 15 dias por uma comissão de servidores designados para essa tarefa.

O novo documento orientará a ação de todas as áreas da administração do Senado a partir de princípios de eficiência de recursos e sustentabilidade. Ele definirá práticas de racionalização de materiais e serviços a serem seguidas por todos os departamentos, distribuirá responsabilidades, especificará metas e prazos de implementação de processos e promoverá conscientização e capacitação de pessoal.

— O poder público é responsável pela preservação do meio ambiente, segundo a Constituição. Com esse plano, podemos abranger toda a Casa e viabilizar uma participação intensa. Todos os órgãos serão demandados e terão que apresentar resultados — explicou Andrea Bakaj, coordenadora do Núcleo de Coordenação de Ações

Socioambientais do Senado.

O núcleo definiu sete temas prioritários que devem ser dirigidos por práticas de sustentabilidade elaboradas a partir do PGLS: material de consumo, serviços de impressão, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva de lixo, qualidade de vida no ambiente de trabalho, meios de transporte para deslocamento de pessoal e compras e contratações (abrangendo obras, equipamentos, manutenção, serviços de vigilância e limpeza e tecnologia da informação, entre outros).

O consultor legislativo Joaquim Maia Neto, especialista em meio ambiente, conta que já existem ações ambientais no Senado desenvolvidas independentemente, mas o plano dará um eixo a toda essa linha de ação.

— Diversas áreas têm ações relacionadas à questão ambiental, mas tudo estava desarticulado. Não havia um planejamento único e faltava informação técnica. Entendemos que era necessário ter um instrumento de planejamento da sustentabilidade — informou o consultor.



A Rádio Senado transmitirá ao vivo, a partir das 6h, em 96,9 MHz, a programação para municípios do Maranhão

Senado reduzirá consumo de papel

Procurando adotar princípios de sustentabilidade nos processos internos, o Senado decidiu reduzir a emissão de papel por meio do uso de mídias eletrônicas na tramitação de proposições — em especial o Orçamento. A iniciativa é da Secretaria-Geral da Mesa do Senado.

A partir de agora, as matérias orçamentárias deverão ser mantidas no formato digital quando forem recebidas ou geradas assim. Fica dispensada a necessidade de imprimir os textos relativos à tramitação desse material quando houver, originalmente, a versão digital.

Dessa forma, sempre que possível a mídia eletrônica (que pode ser um CD ou um cartão USB, por exemplo) será incluída dentro de envelope lacrado no registro físico dessas matérias, chamado de processado, e circulará com ele.

Essa medida é mais um passo na gradual redução de papel nos trabalhos do Congresso. A ordem do dia, por exemplo, já não circula mais integralmente na forma impressa. Segundo estimativa da Secretaria Legislativa do Congresso, isso

representa uma economia de mais de 200 folhas por emissão da ordem do dia — que precisa ser enviada, diariamente, a parlamentares e órgãos de assessoria.

Além dos custos e do impacto ambiental, o desestímulo ao uso do papel pode trazer outra vantagem, conforme explica o diretor da Secretaria Legislativa, André Sak.

— O papel é muito mais difícil para consultar. Criar a cultura do arquivo digital facilita porque, no computador, você tem recursos e atalhos que dão mil possibilidades de consulta e acesso. É necessário mudar a cultura do papel e dar o primeiro passo para o verdadeiro processo legislativo

eletrônico — acredita.

A medida já está em vigor para propostas em tramitação, o que inclui o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015. Em comparação com a LOA de 2014, já se nota uma diferença considerável no uso de papel.

Dados do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado mostram que, entre janeiro de 2013 e agosto de 2014, a Casa consumiu mais de 25,5 mil resmas de papel — o que equivale a cerca de 60 toneladas.

O total de papel utilizado corresponde 2,3 mil árvores, representando uma média de 135 árvores derrubadas por mês.



Digitalização poupará, anualmente, toneladas de papel no Congresso Nacional

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO 50 anos de congregação

11h Homenagem à Congregação Irmãs de Maria. Às 14h, sessão deliberativa.

PRESIDÊNCIA Irmãs de Maria

11h Sessão especial sobre os 50 anos da fundação da Congregação Irmãs de Maria. Às 16h, ordem do dia.

CCT Baterias de smartphones

9h Votação do PLS 96/2014, que padroniza carregadores de bateria dos smartphones.

CMA Descarte de medicamentos

9h30 A Comissão de Meio Ambiente discute o PLS 148/2011, que disciplina o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário.

CAE Indicado para a CVM

10h Os senadores farão sabatina de Pablo Waldemar Renteria para exercer o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

CE Feriados

11h Na pauta da Comissão de Educação, o PLC 108/2009, que tramita em conjunto com o PLC 296/2009, dispondo sobre o adiamento de feriados.

CONSOLIDAÇÃO DE LEIS Domésticas

14h A comissão se reúne para apreciar parecer sobre emendas ao PLC 302/2013, que regulamenta o trabalho doméstico.

CMO LDO 2015 e Miriam Belchior

14h A Comissão Mista de Orçamento reúne-se para examinar o relatório preliminar da LDO de 2015. Depois recebe a ministra do Planejamento para falar sobre a proposta orçamentária de 2015, apresentada em agosto. Às 18h, continua a votação da pauta das 14h.

CPMI/PETROBRAS Depoimento

14h30 Os parlamentares se reúnem para ouvir o gerente de Contratos da Petrobras, Edmar Diniz de Figueiredo.

MEDIDA PROVISÓRIA Farmácias

14h30 Audiência sobre a presença de farmacêuticos em farmácias. O conselho federal da categoria estará representado.

MEDIDA PROVISÓRIA Aviação regional

14h30 Comissão mista continua a examinar a MP 652/2014, que cria o programa de desenvolvimento da aviação regional.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Plenário decide polêmica sobre Polícia Federal

Agentes e peritos criticam medida provisória que os impede de ocupar a diretoria-geral do órgão. Delegados argumentam que exclusividade é prevista na Constituição

OS SENADORES DEVEM votar hoje em Plenário a Medida Provisória (MP) 657/2014, que torna o cargo de diretor-geral da Polícia Federal privativo de delegado da classe especial. A MP também estabelece que o cargo de delegado da Polícia Federal só poderá ser exercido por bacharel em direito com pelo menos três anos de atividade jurídica ou policial.

Agentes, peritos e papiloscopistas, que defendem uma carreira única na Polícia Federal, são contra a MP.

— Esse texto concentra poderes na mão de apenas uma parte dos investigadores, que são os delegados — disse à TV Senado Flávio Werneck Meneguelli, presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal.

Os delegados argumentam que a Constituição determina que o cargo deve ser ocupado por delegados de carreira.

— A maioria dos policiais federais reconhece que desde a década de 90 a Polícia Federal já vem funcionando dessa forma — afirmou Marcos Leôncio Ribeiro, presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal.

Segundo o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), há acordo para votar a MP.

— Acredito que teremos condição de votar. O debate agora será sobre carreira única, tema que vem sendo discutido no Ministério do Planejamento por dois grupos de trabalho: um com agentes e peritos, outro com delegados — disse o senador.



Policiais federais participaram de marcha em Brasília, em julho, pela reestruturação do órgão e unificação da carreira

Também consta na pauta o projeto que busca solucionar a guerra fiscal, legalizando incentivos fiscais criados por estados (PLS 130/2014).

Ainda hoje devem ser retomadas a votação da indicação da desembargadora Maria Helena Mallmann para o cargo de ministra do Tribunal Superior

do Trabalho (TST) e a análise dos Projetos de Lei da Câmara 82 e 83/2014, que promovem ajustes no Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Descarte de remédios pode ter novas regras

Duas mudanças na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) podem ser votadas hoje pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). Entre os 22 itens da pauta, estão duas propostas que disciplinam o descarte de medicamentos e de baterias automotivas e industriais.

O PLS 148/2011 obriga fabricantes e comerciantes de medicamentos de uso humano e veterinário a montar sistema de logística reversa para que os consumidores possam

devolver produtos não utilizados.

A outra proposta disciplina a destinação final de baterias com chumbo ou ácido sulfúrico na composição, como as automotivas e industriais.

O texto original (PLS 537/2011) previa a criação de lei para tratar do tema, mas o relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), apresentou substitutivo propondo que as regras para a devolução de baterias sejam incluídas na lei que institui a Política de Resíduos Sólidos.

Medida sobre aviação deve ser votada hoje

A comissão de análise da MP 652/2014, que oferece subsídios à aviação civil regional, volta a se reunir hoje para apreciar o relatório final da proposta. O documento foi apresentado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) na semana passada, mas um pedido de vista coletivo adiou a votação.

O senador apresentou um substitutivo ao texto original, editado em julho pelo governo. A MP criou o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional para estimular operações de

empresas em aeroportos regionais. A subvenção tem o objetivo de baratear as passagens em voos com origem ou destino em aeroportos regionais, como os da Amazônia.

Entre as alterações propostas pelo relator, está a definição do prazo de cinco anos, renovável por mais cinco, para a vigência das subvenções a empresas que operam voos regionais.

A MP 652/2014 tem validade até 24 de novembro. A reunião da comissão terá início às 14h30.

Teles poderão avisar sobre fim de desconto

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) pode votar hoje dois projetos relacionados a telecomunicações. Ambos tramitam em caráter terminativo, o que significa que, caso sejam aprovados, podem ir para a Câmara sem passar pelo Plenário do Senado.

O primeiro é o PLS 18/2012, de Ciro Nogueira (PP-PI) e relatado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Ele obriga as empresas de serviços de telecomunicações (como telefonia, banda larga

e TV por assinatura) a avisar os clientes, com antecedência mínima de 30 dias, a respeito do término de ofertas de descontos.

Já o PLS 433/2013, de Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com relatoria de Benedito de Lira (PP-AL), proíbe ligações anônimas, tanto em linhas fixas quanto nas móveis. O projeto também já passou pela CMA, onde o relator, o senador licenciado Ivo Cassol (PP-RO), apresentou um substitutivo melhorando a redação do texto.

Aloysio diz que Dilma mentiu sobre contas



Marcos Oliveira/Agência Senado

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou a presidente da República, Dilma Rousseff, em discurso ontem em Plenário. O senador a acusou de mentir durante a campanha eleitoral ao garantir que a inflação e as contas públicas estavam sob controle.

Ele afirmou que a inflação não está controlada e salientou que o balanço contábil recém-divulgado pelo governo mostrou que o déficit primário chegou a R\$ 25 bilhões em setembro, levando as contas públicas para o vermelho. Aloysio disse também que o governo escondeu da sociedade, até o segundo turno das eleições, várias informações negativas para o Executivo.

— O segredo é a prática do poder que se oculta. E a mentira é a prática do poder que oculta. Oculta o quê? Oculta a verdade. Mentira e verdade sempre foram termos antitéticos na discussão moral, ética e também política. Moral ética e religiosa. O Talmude equipara a mentira à pior forma de roubo. Celso Lafer, em artigo recente, lembra esse trecho do Talmude. Existem sete classes de ladrões e a primeira é a daqueles que roubam a mente dos seus semelhantes através de palavras mentirosas — disse.

Gleisi celebra mudança nas dívidas dos estados



Jefferson Rudy/Agência Senado

Gleisi Hoffmann (PT-PR) comemorou a aprovação, pelo Senado, do projeto que possibilita a redução dos encargos pagos por estados e municípios sobre as dívidas com a União. De iniciativa do Executivo, o projeto troca o indexador dessas dívidas, o IGP-DI, pelo IPCA.

Ela disse que a votação marca um momento histórico na discussão sobre o equilíbrio federativo e não está vinculada com questões políticas eleitorais. De acordo com a senadora, a disposição do governo para apreciar a matéria mostra o compromisso da presidente com o desenvolvimento de todo o território nacional, e não apenas com determinadas regiões.

— Não há de minha parte nenhuma contrariedade no que se refere à União ajudar estados e municípios devedores, sejam eles os mais ricos ou os mais pobres da Federação, estejam eles localizados no Norte, no Nordeste ou no Sul e no Sudeste. Porque eu entendo que o benefício dado ao desenvolvimento de uma região reverte para o desenvolvimento do país — disse.

A senadora aproveitou para responder as críticas de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) à presidente Dilma Rousseff. Gleisi convidou Aloysio a “descer do palanque” para “unir esforços em favor do Brasil”.

Ataídes quer dados sobre dinheiro ao Sistema S



Moreira/Agência Senado

Ataídes Oliveira (Pros-TO) quer que o governo informe os dados do dinheiro destinado às entidades do Sistema S, como Senai, Senac, Sest e Senar, para que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) inclua essas receitas no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O senador lembrou que decisão do Supremo Tribunal Federal conferiu natureza de tributo às contribuições sociais instituídas pela União, entre as quais está incluído o dinheiro que financia as entidades do Sistema S, arrecadado pela incidência de alíquota de 3,1% sobre a folha de pagamento das empresas e estimado em R\$ 25 bilhões neste ano.

Além de não fazer parte do Orçamento da União, o dinheiro é usado sem fiscalização. A omissão estimula ilegalidades, como a destinação inadequada dos recursos em aplicações financeiras, denunciou.

Para Ataídes, o dinheiro deveria ser usado na capacitação de mão de obra, a fim de acabar com um dos gargalos da economia, que é a falta de trabalhadores treinados.

— O sistema S é blindado pelo Congresso. Banca campanhas milionárias de políticos. As confederações são verdadeiros caixas dois de campanha — disse.

Lei Menino Bernardo amplia rede de proteção a crianças e adolescentes

Especialistas concordam que a Lei Menino Bernardo veio para mostrar à sociedade que não é possível mais educar crianças e adolescentes com castigos físicos e psicológicos. Pedagogos e psicólogos não recomendam nem a famosa “palmadinha”, que pode não doer muito, mas deixa lembranças e pode levar a uma violência muito maior, como os maus-tratos

Marina Domingos

NA SEMANA PASSADA, o caso do menino Jonathan Neres, de 12 anos, morto pelo pai por espancamento, em Riberão Preto (SP), chamou a atenção de todo o país sobre maus-tratos a crianças e adolescentes. No Senado, acabava de ser aprovado o projeto de lei que determina que entidades que atendem crianças e adolescentes tenham pessoas capacitadas para reconhecer maus-tratos e denunciá-los (PLS 417/2007).

A história de outro menino, Bernardo Boldrini, de 11 anos, inspirou a aprovação de uma lei importante na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, a Lei 13.010/2014, que recebeu o nome de Lei Menino Bernardo em homenagem a ele. O corpo de Bernardo foi encontrado em abril deste ano enterrado às margens de uma estrada em Frederico Westphalen (RS). O pai e a madrasta são suspeitos de terem participado na morte do garoto.

A lei estabelece que a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante. E não só pelos pais, mas também pelos integrantes da família, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar

deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

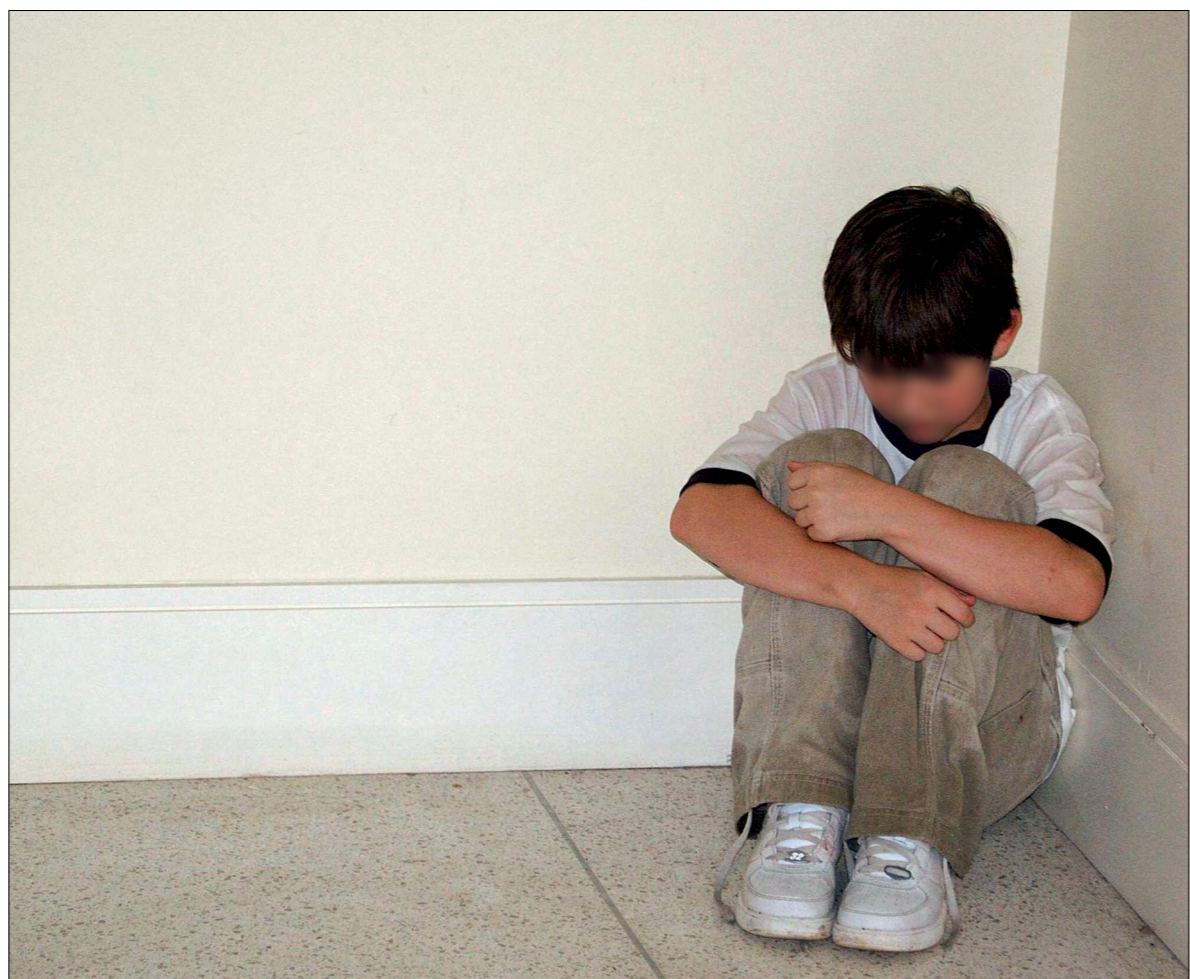
A coordenadora da Rede Não Bata, Eduque, Márcia Oliveira, trabalha na conscientização de pais e profissionais sobre a violência contra a criança e o adolescente. Ela defende a lei como forma de combater um problema que é cultural:

— Nós acreditamos que a Lei Menino Bernardo vai servir para o enfrentamento dessa questão cultural, como a Lei Maria da Penha serve e é um importante instrumento para a defesa das mulheres — afirma.

Histórico

O Brasil é signatário da Convenção sobre os Direitos da Criança, desde 24 de setembro de 1990. Ao ratificar a convenção, o Estado brasileiro assumiu a obrigação de assegurar à criança o direito a uma educação não violenta.

Para efetivar o direito, em 2003 a então deputada Maria do Rosário encaminhou o Projeto de Lei 2.654, que também considerava necessária a efetiva implementação dos avanços introduzidos pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O projeto tramitou na Câmara dos Deputados, mas, em 2010, o Poder Executivo encaminhou outro projeto de lei, o PL 7.672, que substituiu o primeiro e deu origem à Lei Menino Bernardo.



Castigos físicos e psicológicos não podem mais ser aplicados em crianças e adolescentes pelos pais ou responsáveis

A senadora Ana Rita (PT-ES) foi relatora do projeto na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde o assunto foi debatido no Senado. Para Ana Rita, a intenção é mudar a forma como as crianças devem ser educadas.

— O objetivo é possibilitar aos pais, aos educadores e às crianças condições de dar uma educação diferente. Uma educação na base do diálogo e na base da conversa para que as crianças possam receber dos pais uma orientação adequada de como devem se comportar — alerta a senadora.

No início, porém, a Lei Menino Bernardo foi chamada de “Lei da Palmada”. O apelido era reflexo

do receio de algumas pessoas de que a lei impediria os pais de dar a famosa “palmadinha” nos filhos. A senadora Ana Rita fala do mal-entendido gerado pela lei:

— Na verdade, havia uma interpretação equivocada a respeito do projeto. Essa interpretação começou nos debates que aconteceram na Câmara. Quando chegou ao Senado, praticamente já estava resolvida a polêmica — destaca.

O juiz titular da Vara de Infância do Distrito Federal, Renato Rodvalho Scussel, que também é presidente da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (Abraminj), disse que apenas os casos mais

graves, considerados maus-tratos, serão levados à Justiça. Segundo ele, o caso isolado de uma palmada será avaliado pelo Conselho Tutelar como medida educativa para os pais.

— Evidentemente, cada caso há de ser avaliado. Mas o próprio limite fundamental é saber que não pode haver violência e maus-tratos — disse.

Mudança de hábito

Para o juiz, a diferença entre uma palmada educativa e os maus-tratos — que dizem respeito ao espancamento da criança ou do adolescente — é uma linha tênue, que vai depender de cada caso.

— Se eu falasse: uma palmada



Juiz da Vara de Infância do DF, Scussel afirma que maus-tratos serão apurados



Presidente da CDH, senadora Ana Rita acredita na mudança de hábito dos pais



Delegado Rogério Borges diz que polícia investigará casos suspeitos



Conselheiro Victor Nunes informa que os conselhos ainda estão se adaptando

é um ato de violência? Depende. Às vezes, um olhar agride muito mais, uma palavra agride muito mais — completa.

O delegado-adjunto da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente de Brasília, Rogério Borges, concorda que cada caso é um caso. Mas avisa que é trabalho da polícia investigar suspeitas de maus-tratos, o que já era previsto com punição pelo Código Penal.

Ele faz um alerta aos pais para evitarem o uso do castigo físico na educação dos filhos:

— Nos chegando tais relatos, evidentemente vamos apurar se houve ou não ilícito à legislação, como promover vexame ou constrangimento à criança e

psicoterápico para os tutores.

Márcia Oliveira, da Rede Não Bata, Eduque, lembra que a lei não é punitiva, mas sim educativa, de caráter preventivo com uma indicação para que os pais mudem os hábitos ao criar os filhos.

— Na verdade, a ideia é que a pessoa comece a perceber que essas práticas não são adequadas. A gente não vai aceitar levar um beliscão. Nosso chefe não pode fazer isso com a gente. Por que a gente acredita que pode fazer isso com uma criança, que é muito mais frágil? A intenção é fazer pensar um pouco sobre isso — explica.

A pedagoga Júlia Passarinho também entende que a educação dos filhos deve mudar a partir da Lei Menino Bernardo. Segundo ela, não é mais possível usar métodos antigos, como castigos e humilhação. É preciso entender que o filho não é um objeto, mas um ser humano como o próprio adulto.

— Para você poder respeitar o outro e incluí-lo, sem ser dono dele — é uma ilusão de pai achar que é dono de seus filhos; como é do professor achar que é capaz de educar sozinho, isso não existe também —, tem que ser uma parceria mesmo. A coisa começa na família — argumenta a pedagoga.

A senadora Ana Rita disse que, para implementar essa mudança, será vital a parceria de governos municipais e estaduais. Ela destaca a importância de criar uma rede que atenda os pais que tiverem dúvidas.

— É importante os educadores se apropriarem dessa legislação. As reuniões com pais nas escolas podem ser um espaço de repasse dessas informações, de

esclarecimento dos pais sobre a importância da legislação. Mais importante que isso é os municípios e os governos dos estados se prepararem também, oferecendo serviços necessários para que os pais que ainda dependam de uma orientação sobre como educar os filhos possam encontrar profissionais preparados para orientá-los adequadamente. Porque uma coisa é o que diz a legislação, outra coisa é a garantia de que a legislação possa ser implementada de fato e que ela possa surtir o efeito esperado — conclui.

Despreparo

Para que a lei seja cumprida, é preciso fortalecer os Conselhos Tutelares. O juiz Renato Rodvalho Scussel alerta para a falta de capacitação dos conselhos no atendimento dos casos.

— Nós podemos dizer, com toda certeza, que, apesar dos pesares, dos avanços que nós já tivemos com os conselhos tutelares, ainda falta capacitação, falta formação para esses operadores do direito. Tanto que a lei estabelece também, alterando o artigo 70 do ECA, acrescentando alguns incisos, que o Estado e a União, com os municípios, articularão campanhas, justamente, para capacitação e formação dos operadores — destaca Scussel. Em Brasília existem 40 conselhos tutelares sob responsabilidade do governo do Distrito Federal. O Conselho Tutelar da Asa Sul é um exemplo.

O conselheiro Victor Nunes faz parte da equipe, que conta com cinco conselheiros, e garantiu que nenhum caso da Lei Menino Bernardo foi registrado até o momento. Informou, porém, que,

dos 43 casos recebidos até julho deste ano, pelo menos de 10% a 15% eram sobre maus-tratos.

— O que ocorre no conselho, na verdade, é que, embebido na nova legislação, a gente consegue perceber que, em algumas situações que antes a gente não percebia, podem ser aplicadas medidas de proteção que a gente não aplicava, em face de não conseguir caracterizar. Isso porque a lei hoje é bem explícita. Então, tem que cumprir o que está estabelecido em lei. Se a lei foi sancionada no dia 26 de junho, ele [conselheiro] tem que, a partir do dia 27, cumprir. Só que, às vezes, ele não teve acesso à informação — alerta Nunes.

A Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal, por meio da assessoria de imprensa, disse que em julho promoveu uma semana em comemoração ao 24º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente. E, em parceria com o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF, também publicou uma edição atualizada do estatuto, já com os artigos da Lei Menino Bernardo, que foi distribuída para todos os conselheiros tutelares.

Saiba mais

Para fazer uma denúncia:
Disque 100 — Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Lei Menino Bernardo na íntegra:
<http://bit.ly/LeiMeninoBernardo>

Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude:
www.abraminj.org.br

Rede Não Bata, Eduque:
www.naobataeduque.org.br

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Violência gera violência

A coordenadora da Rede Não Bata, Eduque, Márcia Oliveira, explica que o comportamento violento na infância é a causa de uma sociedade mais violenta.

— A gente vê nas pesquisas que a violência é um comportamento aprendido. Então, a criança passa a usar essa forma de se comunicar e ela acaba usando a violência para resolver conflitos e diferenças em outros ambientes

— destaca Márcia.

O consultor de direitos humanos e cidadania do Senado Felipe Basile trabalhou na elaboração de uma nota técnica sobre a Lei Menino Bernardo:

— A violência sofrida na infância é um dos principais fatores para prever problemas como baixo rendimento escolar, desemprego no futuro, repetição da violência doméstica quando formar a própria família e até mesmo doenças como alcoolismo, depressão e abuso de drogas. A palmada vai gerar uma série de consequências na criança. Estatisticamente, de modo geral, ela predispõe a criança a enfrentar uma série de problemas que ninguém deseja para os filhos — afirma Basile.

Mas se não vou bater, quais são minhas opções?

Um dos questionamentos dos pais em relação a bater ou não em uma criança que faz birra é sobre como dizer “não” e se impor. Segundo a pedagoga Júlia Passarinho, do Instituto Natural de Desenvolvimento Infantil (Indi) em Brasília, o diálogo é

a chave para essa mudança.

— Ouvir o outro é uma necessidade básica do ser humano em qualquer momento da vida. Principalmente a criança, que está no seu despertar como ser. Está se construindo como sujeito — argumenta.

Outras ações como não perder a paciência, pensar antes de agir, fortalecer a inter-relação com os filhos, saber ouvir e ter amorosidade, aceitar os próprios limites e falar que ama o filho são dicas importantes para estabelecer um contato mais próximo,

segundo a pedagoga.

— Uma das coisas mais difíceis para os pais é lidar com o “não”. O “não” saudável, o “não” estruturante, que é o limite importantíssimo para a saúde mental de qualquer ser humano — afirma Júlia.

Dicas para os pais

Questões como acúmulo de trabalho, estresse do dia a dia, trânsito ou apenas falta de paciência para lidar com os filhos podem desencadear uma reação por parte dos pais. Para evitar essas situações, listamos algumas dicas importantes, incluindo castigos que podem ser usados sem a palmada



CONTROLAR A RAIVA
Contar até 10, sair da cena onde está a criança e depois voltar.



PREVENIR MOMENTOS DE ESTRESSE
Combinar, antes de ir ao shopping ou ao supermercado, o que poderá comprar.



REPARAÇÃO DE DANOS
Se sujou, vai limpar. Se quebrou, vai catar. Se pegou algum objeto do amiguinho, vai devolver. Se brigou, vai pedir desculpa. Há várias estratégias.



PRIVAÇÃO DE PRIVILÉGIOS
Não fez o dever de casa, então não vai ao cinema, não vai jogar videogame e não vai ao parquinho.

Ilustrações: Cassio S. Costa



Felipe Basile, consultor do Senado, fala sobre a violência na infância

MÃES FALAM SOBRE OS FILHOS E A NOVA LEI

Ana Paula
Ana Paula, 42 anos, é estudante de pedagogia e tem duas filhas. Uma tem 3 anos de idade, a outra, 10. Ela é a favor da Lei Menino Bernardo e conta que, em casa, ela e o marido decidiram educar as meninas com diálogo. Segundo ela, nunca foi necessário bater em nenhuma das duas.

— Lógico que já tivemos oportunidades para uma repreensão, mas nunca numa atuação física — conta.

Ana Paula lembra que é mais trabalhoso, mas sempre tem um resultado melhor.

— Eu li uma vez uma frase de um livro chamado *A Autoestima do seu filho* que dizia: se você trata seus amigos como você trata seu filho, será que você ainda teria esses amigos? É muito forte, né? — disse.

Viviane
A estilista tem 39 anos e uma filha de 4 anos. Para ela, os pais não devem usar a violência, mas, às vezes, é preciso conter a criança. Ela teme o julgamento da sociedade contra os pais, a partir da nova lei.

— O problema é o excesso e como as pessoas apontam o dedo para esse “tapinha”. Porque, às vezes, não é um tapinha, é você pegar a criança de uma maneira mais forte, para que ela se acalme. Com a criação da lei, houve uma coisa de as pessoas apontarem e saírem julgando se aquilo é ou não é uma violência. Eu sou contra a violência física. Mas você pegar, segurar para poder conversar, acalmar, é importante — argumenta a mãe.

Maria (nome fictício)
Maria, 32 anos, cabeleireira, prefere não se identificar. Mãe de uma adolescente de 14 anos e de um menino de 5 anos, ela bateu na filha porque a menina teria dado um tapinha no irmão menor. O acúmulo de responsabilidades e afazeres do dia a dia a fizeram perder o controle. O caso foi levado ao Conselho Tutelar da Asa Sul e é um exemplo extremo do uso dos castigos físicos para educar os filhos.

— Eu dei uma chinelada e, quando comecei a bater, ela começou a gritar e isso me irritou. Daí eu disse: eu nem bati direito e você já está gritando? Comecei a bater, bater e bater. Meu marido veio e me tirou de cima dela. Descontrolei, fiquei descontrolada — assume, arrependida.

Desde o acontecimento, ela faz tratamento psiquiátrico, toma remédios e espera recuperar a guarda da filha.

Representações nacionais no Parlamento do Mercosul aprovaram declaração em que reconhecem como legítima a reivindicação argentina pelo controle das ilhas e criticam presença militar do Reino Unido

Marcos Magalhães/Agência Senado



Declaração do Parlasul pede que seja cumprida decisão da ONU considerando as ilhas como zona de paz e cooperação

Parlasul apoia disputa da Argentina pelas Malvinas

REUNIDO EM MONTEVIDÉU, no Uruguai, o Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou ontem declaração de “firme respaldo” aos “legítimos direitos” da Argentina na disputa com o Reino Unido pela soberania das Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, além dos espaços marítimos circundantes.

Em sessão extraordinária

dedicada unicamente ao tema, com a presença dos ministros de Relações Exteriores da Argentina e do Uruguai, o Parlamento ressaltou o interesse dos países da região por uma solução pacífica e definitiva.

A declaração aprovada também considera necessário cumprir os objetivos propostos pela Resolução 41/2011 da Assembleia Geral das Nações

Unidas, que considera as ilhas Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e manifesta oposição à presença militar do Reino Unido na região.

O Parlasul manifestou ainda repúdio a operações não autorizadas pelo governo argentino de exploração de hidrocarbonetos na plataforma continental daquela região. Em pronunciamento, o chanceler argentino, Héctor Timernan, criticou a decisão do governo do Reino Unido de promover licitações para a contratação de empresas que poderão explorar petróleo na região. Ele condenou a militarização das ilhas pelo governo britânico.

— O imperialismo segue com novas roupas, mas com a mesma essência — disse.

O deputado Dr. Rosinha (PT-PR) lamentou que o tema das Malvinas não seja ainda muito discutido no Brasil. Em discurso de despedida do Parlasul, Dr. Rosinha, que já presidiu a instituição, pediu que os países do bloco promovam eleições diretas para escolher os representantes no órgão. Atualmente, só o Paraguai tem eleições diretas específicas para o Parlamento regional.

Outros dois parlamentares brasileiros deixam o Parlasul: Júlio Campos (DEM-MT) e Newton Lima (PT-SP), que não se reelegeram deputados federais em outubro.

Luiz Henrique defende que tropas permaneçam no Haiti

Por iniciativa do senador Luiz Henrique (PMDB-SC), não foi aprovada ontem proposta que visava estudar a retirada das forças civis e militares dos países-membros do Mercosul em missão no Haiti. A proposta constou da pauta da Comissão de Assuntos Internacionais, Inter-regionais e de Planejamento Estratégico do Parlasul.

Durante o debate, Luiz Henrique disse que, em visita ao Haiti no ano passado, percebeu um quadro dramático de vida da população local. O senador ressaltou a falta de infraestrutura, como abastecimento de água e energia. Ele defendeu a construção de uma pequena central hidrelétrica no país.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs que o Mercosul estimule o debate, nos países do bloco, sobre a adoção de programas de renda básica de cidadania.

Orçamento

O Parlasul aprovou orçamento de US\$ 2,3 milhões para 2015. A concessão de uma gratificação de 35% a funcionários do órgão foi condicionada, a partir de proposta da representação brasileira, à presença dos servidores na sede do Parlamento, em Montevideu.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) havia classificado como imoralidade o abono a funcionários que não cumprem horários na sede.

Incentivo ao turismo nacional é tema de debate interativo

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promove amanhã a segunda audiência pública para debater a estruturação dos destinos turísticos brasileiros.

O debate sobre as políticas públicas para o turismo nacional foi definido pela comissão após a edição da Resolução 44/2013, que determina que cada comissão permanente do Senado escolha uma política pública para avaliação e aprimoramento. A CDR deve apresentar relatório com as conclusões a respeito do tema. A relatora é a senadora Lídice da Mata (PSB-BA).

A comissão já ouviu representantes do setor privado, como a Associação Brasileira de Agências de Viagem (Abav) e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Nesta

segunda rodada de discussão, serão ouvidos o ministro do Turismo, Vinicius Nobre Lages; o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes; a presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, Oreni Campêlo Braga; e a presidente da Associação Nacional de Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais e Destinos Indutores, Cláudia Pessoa. A audiência pública será na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa.

PARTICIPE AMANHÃ ÀS 9h

- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CDRturismo>
- ▶ **Facebook:** eCidadaniaSF
- ▶ **Twitter:** @e_cidadania
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoTurismo>

Punição mais rigorosa para vandalismo pode ser aprovada

Os crimes relacionados a atos de vandalismo podem ser tratados com maior rigor, se o substitutivo do projeto de lei que está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) for aprovado. O PLS 508/2013 sofreu alterações do relator, Pedro Taques (PDT-MT), e pode ser votado amanhã, a partir das 10h.

A proposta já provocou intensos debates na comissão, pois foi apresentada originalmente pelo senador licenciado Armando Monteiro (PTB-PE) poucos meses depois da onda de protestos que varreu o país em junho de 2013.

Substitutivo

Pedro Taques solicitou a realização de audiências públicas e apresentou várias emendas, que terminaram por mudar o escopo do projeto. Ao mesmo tempo, dois senadores apresentaram voto em separado: Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)

e Acir Gurgacz (PDT-RO).

Taques observa no relatório que o vandalismo já é tipificado como crime. Além disso, considera que o texto de Armando era “demasiadamente amplo” e argumenta que, na forma como foi escrito o projeto, a lei poderia punir uma pessoa que participa de uma manifestação social que, por atos de alguns, descambasse para o vandalismo. Ela poderia ser considerada agente do crime de vandalismo, mesmo que não tivesse nenhuma relação com os vândalos.

Taques destaca também a garantia constitucional da livre manifestação de pensamento e de reunião. Como solução, resolveu unir a proposta de Armando Monteiro ao PLS 451/2013, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que aumenta penas para o vandalismo em circunstâncias agravantes como o uso de máscara, capacete ou objeto que possa impedir a identificação.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burtle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Miriam Belchior fala hoje à CMO sobre Orçamento 2015

Ministra do Planejamento também vai explicar, na audiência da Comissão Mista de Orçamento, os cortes no IBGE. Relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias ainda aguarda votação

A MINISTRA DO Planejamento, Miriam Belchior, é esperada hoje, às 15h, na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para falar da lei orçamentária de 2015 (LOA). A proposta (PLN 13/2014) foi apresentada pelo Executivo em agosto.

Antes da audiência, a comissão reúne-se às 14h para exame, entre outras proposições, do relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015, ainda em tramitação no Congresso.

O presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), disse que “falta responsabilidade aos congressistas, tanto do governo quanto da oposição, que ainda não votaram o relatório preliminar da LDO de 2015”.

A audiência com a ministra atende uma exigência regimental. Ela também deverá falar sobre os cortes orçamentários do IBGE, tema de requerimento na CMO.

Na pauta da comissão também constam sete projetos de lei do Congresso (PLNs) que destinam recursos extraordinários a órgãos do Executivo.

Entre eles, o PLN 31/2014, que reserva R\$ 248,2 milhões ao Ministério da Previdência



Miriam entregou a Renan Calheiros, em agosto, a proposta da LOA para 2015

Social para cumprir sentença judicial favorável aos aposentados e pensionistas do Instituto Aerus de Seguridade Social, dos ex-funcionários da Varig, Cruzeiro e Transbrasil.

Cronograma

Na sexta, o relator do Orçamento da União de 2015, senador Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que aguarda receber o parecer das receitas do governo para apresentar o relatório sobre a matéria.

Pelo cronograma da CMO, a LDO deveria ser aprovada até julho, antes, portanto, da LOA. A Copa e as eleições, porém, acabaram atrasando a votação.

O relatório preliminar da LDO, do senador Vital do

Rêgo (PMDB-PB), já foi lido na CMO e aguarda votação na comissão, o que tornará possível a abertura de prazo para a apresentação de emendas ao Orçamento.

A expectativa de alguns parlamentares é pela aprovação conjunta dos relatórios de Jucá e de Vital. A oposição, porém, já anunciou que não aceita a aprovação da proposta orçamentária “a toque de caixa”.

Se o Orçamento de 2015 não for aprovado em tempo hábil, alegam os opositores, a presidente Dilma Rousseff poderá usar 1/12 dos recursos para o pagamento do funcionalismo e de gastos sociais, entre outros compromissos da União.

Projeto que recupera estudantes de baixo rendimento pode ser avaliado

A Comissão de Educação (CE) pode votar hoje projeto que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para que o sistema de ensino identifique e elabore planos de recuperação para alunos com baixo rendimento. A ideia foi apresentada pelos participantes do Projeto Jovem Senador e acolhida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), tornando-se projeto de lei (PLS 467/2012).

Na justificativa do projeto, a comissão lembra que o problema do baixo rendimento ou da reprovação é tido por muitos como de responsabilidade dos estudantes. No entanto, seriam muitas as variáveis que interferem no processo de aprendizagem, como turmas com muitos alunos, falta de professores e avaliações inadequadas.

A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), apresentou voto favorável ao projeto, com emenda de redação para evitar redundância. A senadora acredita que a proposta é importante por prever algo que já é feito na área de saúde e que tem se mostrado eficaz, como as visitas domiciliares. “Ora, o que dá certo na área de saúde tem grandes chances de

ser bem-sucedido também na educação”, afirma.

A CE ainda pode analisar, em decisão terminativa, proposta que prevê ações específicas de prevenção de doenças e promoção da saúde para alunos da rede pública de educação básica.

Atenção à saúde

Com voto favorável do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), o substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 165/2010, do ex-deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), determina a criação da Política Nacional de Saúde na Escola (Pense), com a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção de doenças e de promoção e atenção à saúde.

O programa prevê avaliações clínica, nutricional, oftalmológica, auditiva e psicossocial. Também contará com a promoção da atividade física e da alimentação saudável e com ações de prevenção do uso de álcool e drogas ilegais.

Para Cícero, além de enfatizar a saúde integral dos estudantes, essa política torna-se importante por atingir toda a educação básica.

CPI da Petrobras vai até dezembro

Os trabalhos da CPI da Petrobras exclusiva do Senado foram oficialmente prorrogados até 22 de dezembro, último dia da sessão legislativa. O requerimento de alargamento do prazo inicial, que venceu no dia 9, foi lido na sessão plenária de ontem.

Está marcada amanhã, às 9h30, uma reunião da CPI. Na pauta, estão seis requerimentos. O primeiro deles, de Anibal Diniz (PT-AC), pede ao Tribunal de Contas da União cópias de todas as auditorias, tomadas de contas e fiscalizações relacionadas à compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. Há ainda um requerimento à Controladoria-Geral da União de informações dos processos sobre a segurança nas plataformas da Petrobras.

A CPI foi instalada em 14 de maio, com a participação de 13 senadores titulares e 8 suplentes. De lá para cá foram 10 depoimentos. A última reunião aconteceu em 16 de julho, quando foi ouvido o gerente-geral de Implementação de Empreendimentos da estatal, Glauco Legati. Ele negou a existência de erro de projeto ou superfaturamento na obra da Refinaria Abreu Lima.

Comissão mista

Os líderes partidários coletaram as assinaturas para prorrogar as atividades da CPI Mista da Petrobras até 22 de dezembro. Essa comissão, inclusive, já

aprovou um cronograma de trabalho que prevê a votação do relatório final no dia 17 de dezembro.

A CPI Mista da Petrobras se reúne amanhã para votar os requerimentos de convocação do ex-diretor da Área de Serviços da empresa, Renato de Souza Duque, e do presidente licenciado da Transpetro, Sérgio Machado. Além disso, vai ouvir o gerente de Contratos da Petrobras, Edmar Diniz de Figueiredo.

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), defendeu ontem a criação de uma nova CPI da Petrobras em 2015. Disse que tão logo as atividades parlamentares sejam retomadas, a oposição coletará as assinaturas para investigar a estatal de petróleo. O senador disse acreditar que apenas no ano que vem os parlamentares terão condições de se debruçar sobre as delações premiadas do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef.

— É possível até que se amplie o foco, dependendo do teor dessas delações premiadas — declarou.

O presidente da CPI da Petrobras, Vital do Rêgo (PMDB-PB), afirmou na semana passada que uma nova comissão de inquérito é assunto para 2015.

— Por isso o esforço de solicitar ao Supremo o acesso à delação e prorrogar o trabalho da CPI. Teremos um legado para a sociedade: um banco de dados importante, um relatório votado.



Protesto de servidores em Brasília, em 2012: direito de greve no setor aguarda regulamentação

Greve no serviço público em análise

A Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais deve analisar hoje o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre a regulamentação do direito de greve do servidor público. Se aprovada, a proposta ainda será apreciada pelas duas Casas do Congresso.

O texto é apresentado sob forma de projeto da comissão mista ao final do relatório. Jucá reconheceu o direito de greve dos servidores, “competindo-lhes decidir livremente sobre a oportunidade de exercê-lo”. Ele acolheu a sugestão dos sindicalistas de reduzir de 80% para 60% o percentual mínimo de funcionamento dos serviços essenciais nas paralisações. Já os serviços não essenciais terão 40% do funcionamento preservado.

A comissão também deve analisar emendas apresentadas em Plenário a dois projetos que regulamentam emendas à Constituição aprovadas

pelo Congresso. Os textos tratam dos direitos de empregados domésticos (PLS 224/2013) e da expropriação de propriedades em que se constate a prática de trabalho escravo (PLS 432/2013).

A Emenda Constitucional (EC) 72, promulgada em 2013 para ampliar os direitos dos empregados domésticos, precisa de regulamentação em vários pontos, como controle da jornada de trabalho e pagamento do FGTS. Já aprovado pelo Senado, o projeto recebeu 58 emendas no Plenário da Câmara, todas rejeitadas pelo relator. Por previsão regimental, as emendas devem receber parecer da comissão mista, antes de o texto voltar para votação na Câmara.

No caso do projeto que regulamenta a EC 81, sobre trabalho escravo, Jucá acolheu 29 das 55 emendas sugeridas por senadores. O ponto mais polêmico é o conceito de trabalho escravo para fins da expropriação de imóveis.

Ministério da Saúde deve publicar em dezembro portaria sobre o procedimento, que pode ser a cura para pessoas que enfrentam crises de dor e riscos de lesão cerebral

SUS deverá fazer transplante de medula contra anemia falciforme

O MINISTÉRIO DA Saúde deve publicar em dezembro portaria para incluir a doença falciforme na lista das terapias passíveis de transplante pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Foi o que revelou ontem o coordenador-geral do Sistema Nacional de Transplantes, Heder Murari Borba, em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Segundo ele, a Comissão de Incorporação de Tecnologia no SUS (Conitec), do ministério, tem reunião em 4 de dezembro para avaliar a medida.

O transplante de medula óssea é indicado apenas para os pacientes mais graves, como quem tem lesão cerebral ou crises de priapismo (ereções prolongadas e dolorosas). Estima-se que 60 a 80 casos por

ano poderão ser atendidos. Em 2013, houve 2,3 mil transplantes de medula óssea no país.

— No caso da doença falciforme, [o transplante] é curativo, não é uma terapêutica paliativa — disse o coordenador.

Borba explicou que, como o procedimento é entre familiares, não deve haver fila de espera. Ele lembrou, entretanto, que a intervenção não é isenta de riscos. O transplantado é submetido a uma grande queda de imunidade porque deve tomar imunossuppressores por toda a vida para evitar a rejeição, abrindo portas para outras complicações.

— Há muito cuidado para indicar o transplante, porque a pessoa pode viver com a doença falciforme, com o tra-



CDH debate a doença que, no Brasil, atinge 1 em cada 1.000 nascidos vivos

tamento de suporte, durante muitos anos — ressaltou.

Beneficiado com o transplante, Elvis Magalhães contou que, durante 38 anos, foi paciente do Hospital Universitário de Brasília, até conseguir o

procedimento, em 2005.

— A partir daí, mais nenhuma internação, crise de priapismo, úlcera ou dor que precisasse de morfina.

Para Maria Zenó Soares, coordenadora-geral da Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme (Fenafal), os pacientes ainda sofrem com a ignorância sobre as dores excruciantes que enfrentam e com a falta de políticas públicas integradas. Desde outubro, por exemplo, não há na rede pública a hidroxiureia, remédio essencial. A situação piora com o recorte étnico/racial, já que a maioria dos doentes é negra.

Para Maria Zenó, é preciso haver maior condescendência com alunos que perdem exames por causa das internações e o reconhecimento da doença como causa de invalidez.

Paim: doença já matou 133 jovens este ano

O senador Paulo Paim (PT-RS), que pediu o debate e presidiu a audiência pública ontem na CDH, disse à tarde, em pronunciamento em Plenário, que a anemia falciforme já matou 133 jovens no Brasil, neste ano.

Segundo Paim, um em cada oito afrodescendentes nasce com o traço da doença. Para ele, as políticas públicas de combate à enfermidade devem envolver, além de questões médicas, a proibição de qualquer tipo de discriminação e preconceito, abrindo espaço para aspectos educativos.

Pela manhã, na CDH, o senador disse que o debate aumentou a responsabilidade de todos os envolvidos com políticas públicas para atender negros e brancos que sejam, de uma forma ou de outra, atingidos pela anemia falciforme.

Ao ressaltar a importância da portaria sobre transplantes que deve ser editada em dezembro, ele propôs que a CDH convide o ministro da Saúde para explicar como a regulamentação vai ser feita.

A doença falciforme caracteriza-se pela oxigenação inadequada do organismo. Isso propicia o surgimento de dores em todo o corpo, especialmente nas articulações, acidente vascular cerebral, déficit imunológico, perda da visão e pneumonia.

População negra tem maioria dos casos

A prevalência da anemia falciforme no Brasil é de 1 caso para cada grupo de 1.000 nascidos vivos. A Bahia tem o maior índice: 1 para 650. Em Minas Gerais e Pernambuco, também entre os estados com maior número de registros, a doença atinge 1 em 1.400. Para comparação, no Rio Grande do Sul a taxa é de 1 para 10 mil nascidos vivos.

Com base nesses números, o Ministério da Educação

(MEC) decidiu promover, a partir de 2015, curso on-line de 90 horas-aula voltado especialmente aos professores dos estados com maior prevalência — Maranhão e Rio de Janeiro também estão incluídos.

Segundo a Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC, Macaé Evaristo, representante do ministério na audiência pú-

blica, o curso vai preparar os professores para identificar a doença e trabalhar a desconstrução de preconceitos.

Na CDH, Ana Margareth Alves, da Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde, relatou avanços em prol das pessoas com a doença, como um estudo para produção pediátrica da hidroxiureia que está sendo feito em centro de pesquisa da Aeronáutica.

Audiência discute exigência de farmacêutico em farmácias

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 653/2014, que flexibilizou a exigência da presença de farmacêutico nas farmácias, promove hoje a segunda audiência pública para discutir o tema.

A MP 653/2014 relaxa a obrigatoriedade de farmacêutico em farmácias caracterizadas

como pequenas ou microempresas. A Lei 13.021/2014, publicada em agosto e em vigor desde o fim de setembro, determina que todo estabelecimento farmacêutico deve ter a presença do profissional.

Com a medida provisória, as farmácias enquadradas no Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar

123/2006) passaram a adotar as regras da Lei 5.991/1973. Essa lei permite, em casos específicos, a presença de “prático de farmácia, oficial de farmácia ou outro”, inscrito em Conselho Regional de Farmácia, como responsável do estabelecimento. A permissão é feita pelo órgão sanitário em razão de interesse público, como a

necessidade de haver farmácia em pequenos municípios.

A comissão que examina a medida é presidida pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e tem como relator o deputado Manoel Junior (PMDB-PB).

Foram convidados representantes da Associação Brasileira de Redes de Farmácias

e Drogarias (Abrafarma), do Conselho Federal de Farmácia (CFF), da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República e da Federação Interestadual dos Farmacêuticos.

Depois de analisada na comissão mista, a MP seguirá para votação nos Plenários da Câmara e do Senado.

Kaká pede ações para o desenvolvimento sustentável do semiárido e critica INSS

Kaká Andrade (PDT-SE) pediu mais esforços pelo desenvolvimento sustentável do semiárido nordestino. Na avaliação do senador, é preciso um planejamento cuidadoso que preserve a flora e a fauna da caatinga e, ao mesmo tempo, assegure a equidade social na região. O senador mencionou o sucesso dos projetos de agricultura orgânica em Sergipe, mas considera fundamental a conclusão das obras de transposição do Rio São Francisco.



Morieira Menezes/Agência Senado

— Nós, sertanejos, temos muita esperança nessa iniciativa, pois acreditamos que ela vá dar novo alento à agricultura e à pecuária no sertão, com repercussões muito positivas sobre o restante da economia — disse o senador.

Kaká também lamentou a demora para marcação de perícias no INSS. Ele apresentou projeto que torna obrigatória a perícia em até 45 dias. Se o prazo for descumprido, a licença será concedida automaticamente, diz o texto.

Fleury defende agronegócio e cobra do governo plano de longo prazo para o setor

Fleury (DEM-GO) afirmou que apenas o Plano Safra não é suficiente para o setor agropecuário, que precisa de melhores condições para produzir mais e melhor. Ele cobrou do governo federal um plano de longo prazo para o setor.

O senador pediu que o governo federal renegocie as dívidas dos produtores rurais, assim como fez com a dívida dos estados e municípios — na semana passada, o Senado aprovou a mudança do indexador dos débitos.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Fleury também quer que o governo financie armazéns nas propriedades agrícolas, onde boa parte das produções se perde por falta de local próprio para armazenagem.

— Hoje qual é a realidade? Não temos armazéns

para grãos, mas uma safra em carroceria de caminhão, andando para baixo e para cima por não ter onde guardar. Transporta-se milho do Nordeste para o Sul, do Sul para o Centro-Oeste, porque não tem lugar para guardar.